
CENTRO UNIVERSITÁRIO OPET - UNIOPET

REGIMENTO

2019



SUMÁRIO

Título I - Das Disposições Preliminares	4
Título II - Da Estrutura Acadêmico-Administrativa	4
Seção I - Das Pró-Reitorias	<u>5</u>
Seção II - Dos Programas de Formação Pedagógica do Instituto Superior de Educação - ISE	6
Seção III - Da Comissão Própria de Avaliação - CPA.....	9
Seção IV - Do Colegiado de Curso	10
Seção V - Da Coordenadoria de Curso (Presencial e a Distância) ..	11
Seção VI - Da Coordenadoria do Instituto de Educação - ISE	13
Capítulo I.....	14
Seção I - Do Funcionamento dos Órgãos Suplementares	14
Título III - Da Atividade Acadêmica.....	15
Capítulo I - Do Ensino	15
Capítulo II - Da Extensão	16
Capítulo III - Da Prática Investigativa	16
Título IV - Do Regime Acadêmico.....	16
Capítulo I - Do Período Letivo.....	16
Capítulo II - Da Admissão aos Cursos	17
Capítulo III - Do Processo Seletivo	18
Capítulo IV - Da Matrícula.....	19
Capítulo V - Do Trancamento de Matrícula.....	20
Capítulo VI - Das Transferências	21
Capítulo VII - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico nos cursos de graduação Presenciais.....	23
Capítulo VIII - Da Avaliação do Desempenho Acadêmico nos Cursos de graduação a Distância.....	25
Capítulo IX - Do Tratamento Excepcional	26
Capítulo X - Dos Estágios Supervisionados.....	27
Capítulo XI - Dos Trabalhos de Conclusão de Curso.....	28
Capítulo XII - Do Projeto Integrador.....	28
Título V - Da Comunidade Acadêmica.....	29
Capítulo I - Do Corpo Docente	29

Capítulo II - Do Corpo Docente	30
Capítulo III - Do Corpo Técnico-Administrativo	31
Título VI - Do Regime Disciplinar	32
Capítulo I - Do Regime Disciplinar Geral	32
Capítulo II - Do Regime Disciplinar do Corpo Docente	33
Capítulo III - Do Regime Disciplinar do Corpo Docente.....	33
Capítulo IV - Do Regime Disciplinar do Corpo Técnico-Administrativo.	36
Título VII - Dos Títulos e Dignidades Acadêmicas	36
Título VIII - Das Relações entre a Mantenedora e o UNIOPET	37
Título IX - Disposições Gerais.....	38

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Centro Universitário OPET (*UNIOPET*), com sede em Curitiba (PR), é uma instituição particular de educação superior pluricurricular, mantida pela OPET ORGANIZACAO PARANAENSE DE ENSINO TÉCNICO LTDA, tendo por limite territorial de atuação o município de Curitiba/PR com educação presencial e em todo o território nacional com educação a distância.

Art. 2º O presente Regimento disciplina os aspectos de funcionamento que são comuns aos vários órgãos integrantes da estrutura e da administração do Centro Universitário UNIOPET.

Parágrafo Único - O Reitor pode aprovar regulamento para os órgãos previstos na estrutura acadêmico-administrativa, de acordo com o Estatuto e este Regimento.

TÍTULO II DA ESTRUTURA ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Art. 3º A estrutura acadêmico-administrativa do *UNIOPET* é composta por órgãos colegiados, executivos e de representação, em dois níveis hierárquicos.

§ 1º São órgãos da administração superior:

I - Conselho Universitário (CONSU).

II - Conselho de Ensino, Práticas Investigativas e Extensão (CEPE).

III – Chancelaria.

IV - Reitoria.

§ 2º São órgãos de administração acadêmica:

I - Conselho de Curso.

II - Coordenadoria dos Cursos de Graduação (Presencial e EAD).

III - Coordenadoria dos Cursos de Pós-Graduação (Presencial e EAD).

IV - Coordenadoria do Instituto Superior de Educação – ISE.

§ 3º O *UNIOPET* dispõe de órgãos suplementares destinados a apoiar as atividades de ensino, práticas investigativas e extensão, cabendo ao CONSU disciplinar o seu funcionamento.

Art. 4º São órgãos suplementares:

I - Secretaria Acadêmica

II - Biblioteca

III - Núcleo de Apoio Pedagógico

IV - Ouvidoria

Art. 5º Integram a Reitoria: as Pró-reitorias, o Instituto Superior de Educação, a Comissão Própria de Avaliação e Procuradoria Institucional.

Seção I

Das Pró-Reitorias

Art. 7º As Pró-Reitorias são exercidas por Pró-Reitores, sugeridos pelo Reitor e aprovados pela Mantenedora, os quais obedecem a regulamentos próprios e realizam atividades Acadêmicas e Administrativas nas unidades descentralizadas da Educação Superior.

Parágrafo Único - As Pró-Reitorias de cada unidade de ensino atuam de forma conjunta e harmônica entre si, mantendo a Reitoria informada a respeito do desenvolvimento dos trabalhos.

Seção II
Dos Programas de Formação Pedagógica do Instituto Superior de
Educação – ISE

Art. 8º O Instituto Superior de Educação é responsável por articular a formação, execução e avaliação dos cursos das áreas de Licenciatura e desenvolvimento de Programas de Formação Pedagógica.

Parágrafo Único - Integram o ISE: a Academia de Professores e os respectivos cursos de formação.

Da Academia dos Professores

Art. 9º A Academia dos Professores terá uma coordenação formalmente constituída, responsável por articular a formação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores.

§ 1º O Coordenador será designado pela Direção Geral.

§ 2º O corpo docente da Academia participará, em seu conjunto, da elaboração, execução e avaliação dos respectivos projetos pedagógicos específicos.

Do Curso Formação de Docentes

Art. 10. O Curso Formação de Docentes, aberto aos concluintes do ensino médio, deverá preparar profissionais capazes de:

I - Promover práticas educativas que considerem o desenvolvimento integral da criança até seis anos, em seus aspectos físico, psicossocial e cognitivo-linguístico.

II - Conhecer e adequar os conteúdos da língua portuguesa, matemática, de outras linguagens e códigos, do mundo físico e natural e da realidade social e política, de modo a assegurar a aprendizagem pelos alunos a partir de seis anos.

Parágrafo Único - A formação mencionada nos incisos I e II do *caput* deste artigo poderá oferecer, a critério do Instituto Superior de Educação, a preparação específica em áreas de atuação profissional, tais como:

I - Cuidado e educação em creches.

II - Ensino em classes de educação infantil.

III - Atendimento e educação inclusive de portadores de necessidades educativas especiais.

IV - Educação de comunidades indígenas.

V - Educação de jovens e adultos, equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental.

Art. 11. A conclusão do Curso Formação de Docentes dará direito a diploma de licenciado com habilitação para atuar na educação infantil ou para a docência nos anos iniciais do ensino fundamental.

Parágrafo Único - É permitida mais de uma habilitação, mediante complementação de estudos.

Dos Cursos de Licenciatura

Art. 12. Os cursos de licenciatura do ISE estarão abertos aos concluintes do ensino médio e serão destinados à docência nos anos finais do ensino fundamental e à docência no ensino médio.

§ 1º Os cursos referidos no *caput* deste artigo serão organizados em habilitações, polivalentes ou especializadas, por disciplina ou área de conhecimento.

§ 2º A conclusão do curso de licenciatura dará direito a diploma de licenciado para a docência nos anos finais do ensino fundamental e para a docência no ensino médio, com a habilitação prevista.

Art. 13. O programa de cada disciplina, sob a forma de plano de ensino, é elaborado pelo respectivo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Art. 14. É obrigatório o cumprimento integral do conteúdo e carga horária, estabelecidos no plano de ensino de cada disciplina.

Dos Programas de Formação Continuada

Art. 15. Os programas de formação continuada estarão abertos aos profissionais da educação básica nos diversos níveis, sendo organizados de modo a permitir atualização profissional, obedecida a legislação pertinente.

§ 1º Os programas de ação continuada para professores terão duração variável, dependendo de seus objetivos e das características dos profissionais neles matriculados.

§ 2º A conclusão de programas de formação continuada dará direito a certificado.

Dos Programas Especiais de Formação Pedagógica

Art. 16. Os programas especiais de formação pedagógica têm como finalidade, oferecer sólida base de conhecimentos na área de estudos aos portadores de diploma de nível superior, em cursos relacionados à habilitação pretendida, estruturados em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Único - A Coordenação de curso se encarregará de verificar a compatibilidade entre a formação do candidato e a disciplina para a qual pretende habilitar-se.

Seção III

Da Comissão Própria De Avaliação – CPA

Art. 17. A Comissão Própria de Avaliação - CPA da Instituição, como estabelece a Lei nº 10.861/2004, tem atuação autônoma em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados da IES, tendo como atribuição a condução dos processos de avaliação internos.

Parágrafo Único - A Comissão Própria de Avaliação é composta conforme determina a legislação e é nomeada pela reitoria.

Art. 18. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (corpo docente, técnico-administrativo e discente) e da sociedade externa ao UNIOPET (membro da sociedade civil organizada).

Art. 19. A CPA é responsável pelas seguintes atribuições:

I - Coordenar e articular o processo de auto avaliação institucional e de cursos.

II - Promover a participação de toda a comunidade acadêmica no processo de auto avaliação.

III - Elaborar cronograma de trabalho, divulgando-o amplamente para conhecimento da comunidade acadêmica e externa.

IV - Elaborar e executar o programa de auto avaliação institucional.

V - Implementar ações visando à sensibilização da comunidade acadêmica para o processo de avaliação institucional.

VI - Sistematizar os dados institucionais necessários para emissão dos relatórios do processo de avaliação internos da instituição.

VII - Organizar os relatórios dos processos de avaliação.

VIII - Divulgar os resultados consolidados da avaliação interna.

IX - Examinar os relatórios da Comissão Externa de Avaliação dos Cursos.

X - Examinar os resultados de desempenho dos alunos no ENADE.

XI – Averiguar e acompanhar a implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

XII – Conhecer o perfil do ingressante e egresso.

XIII – Extrair indicativos para tomada de decisão nas diversas instâncias do Centro Universitário.

XIV – Representar a IES quando da convocação das comissões de avaliação externa.

XV – Elaborar anualmente conforme a legislação, relatório da avaliação institucional, encaminhando à Direção Geral para divulgação aos órgãos internos e comunidade em geral, bem como aos órgãos reguladores.

XVI – Elaborar a estrutura e o conteúdo do relato institucional, conforme legislação vigente.

XVII – Elaborar e disponibilizar o relato institucional, contendo o progresso e a evolução institucional.

Seção IV

Do Colegiado de Curso

Art. 20. O Colegiado de Curso é composto pelo Coordenador, seu presidente nato e todos os professores do curso, e por um representante discente, indicado pelos pares da respectiva unidade.

Parágrafo Único - O representante do corpo discente tem mandato de dois anos, com direito a recondução.

Art. 21. Compete ao Colegiado de Curso:

I - Definir o projeto pedagógico do curso de graduação, com atualização contínua.

II - Sugerir alterações no currículo do curso e deliberar sobre o conteúdo programático de cada disciplina e atividade.

III - Promover a avaliação periódica do curso, na forma definida pela administração superior, integrando-se ao sistema de avaliação institucional.

IV - Decidir, em grau de recurso, sobre aceitação de matrículas de alunos transferidos ou portadores de diplomas de graduação, aproveitamento de estudos, adaptação e dispensa de disciplinas, de acordo com este Estatuto, o Regimento Geral e demais normas aplicáveis.

V - Deliberar, em primeira instância, sobre os projetos de ensino, práticas investigativas e extensão de sua área.

VI - Desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino, a práticas investigativas e a extensão.

VII - Promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento de seu quadro docente, assim como, indicar, à Reitoria, professores para participarem de cursos de pós-graduação.

VIII - Exercer as demais funções que lhe forem delegadas.

Art. 22. O Conselho de Curso reúne-se, em sessão ordinária, duas vezes durante o semestre letivo e, em sessão extraordinária, sempre que for convocado pelo Coordenador do Curso.

Seção V

Da Coordenadoria de Curso (Presencial e a Distância)

Art. 23. A Coordenadoria de Curso é exercida por professor, designado pelo Reitor, que seja portador de título de pós-graduação na área do curso, com mandato de dois anos.

Parágrafo Único - Em suas faltas ou impedimentos eventuais o Coordenador de Curso é substituído por professor designado pelo Reitor.

Art. 24. Compete ao Coordenador de Curso:

I - Exercer a supervisão das atividades de ensino, práticas investigativas e extensão do Curso e representá-lo.

II - Cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e normas emanadas do Conselho de Curso e dos órgãos superiores.

III - Integrar, convocar e presidir o Conselho de Curso e seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

IV - Supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos e da carga horária das disciplinas.

V - Decidir sobre matrículas, trancamentos de matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, adaptações e dependências de disciplinas e atividades.

VI - Exercer o poder disciplinar no âmbito do Curso.

VII - Tomar decisões *ad referendum* do Conselho de Curso, em casos de urgência ou emergência comprovados.

VIII - Designar secretário para as reuniões, bem como manter a ordem no desenvolvimento dos trabalhos.

IX - Acompanhar a frequência dos docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo.

X - Zelar pela qualidade do ensino, das práticas investigativas e da extensão.

XI - Emitir parecer nos processos que lhe forem submetidos.

XII - Cumprir e fazer cumprir as normas constantes do Regimento Geral, assim como da legislação pertinente, emanada dos órgãos superiores.

XIII - Sugerir alterações curriculares e medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades do Curso.

XIV - Desenvolver ações para avaliação permanente das funções do Curso e de suas atividades de apoio técnico-administrativo.

XV - Delegar competência.

Seção VI

Da Coordenadoria do Instituto de Educação – ISE

Art. 25. A Coordenadoria do ISE é exercida por professor, designado pelo Reitor, que seja portador de título de pós-graduação na área de Licenciatura, com mandato de dois anos.

Parágrafo Único - Em suas faltas ou impedimentos eventuais o Coordenador de Curso é substituído por professor designado pelo Reitor.

Art. 26. Compete ao Coordenador do ISE:

I - Exercer a supervisão das atividades de ensino, práticas investigativas e extensão do Curso e representá-lo.

II - Cumprir e fazer cumprir as decisões, bem como as resoluções e normas emanadas do Conselho de Curso e dos órgãos superiores.

III - Integrar, convocar e presidir o Conselho de Curso e seu Núcleo Docente Estruturante – NDE.

IV- Supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos e da carga horária das disciplinas;

V – Decidir sobre matrículas, trancamentos de matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, adaptações e dependências de disciplinas e atividades do curso.

VI - Exercer o poder disciplinar no âmbito do Curso.

VII - Tomar decisões *ad referendum* do Colegiado de Curso, em casos de urgência ou emergência comprovados.

VIII - Designar secretário para as reuniões, bem como manter a ordem no desenvolvimento dos trabalhos.

IX - Acompanhar a frequência dos docentes, discentes e pessoal técnico-administrativo.

X - Zelar pela qualidade do ensino, das práticas investigativas e da extensão.

XI - Emitir parecer nos processos que lhe forem submetidos.

XII - Cumprir e fazer cumprir as normas constantes do Regimento Geral, assim como da legislação pertinente, emanada dos órgãos superiores.

XIII – Sugerir alterações curriculares e medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades do Curso.

XIV – Desenvolver ações para avaliação permanente das funções do Curso e de suas atividades de apoio técnico-administrativo.

XV – Propor a Reitoria a criação de Programas de Formação Pedagógica.

XVI – zelar pela manutenção dos Programas Pedagógicos vigentes.

CAPÍTULO I

Seção I

Do Funcionamento dos Órgãos Suplementares

Art. 27. Os Órgãos Suplementares são vinculados à Reitoria e têm o propósito de desenvolver atividades fundamentais do UNIOPET.

Parágrafo Único - As atribuições e funcionamento da Secretaria Acadêmica, da Biblioteca, da Ouvidoria e do Núcleo de Apoio Pedagógico serão regulamentados pelo CONSU, respeitadas as disposições legais e aplicáveis nesse regimento.

TÍTULO III DA ATIVIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I DO ENSINO

Art. 28. O UNIOPET poderá oferecer os seguintes cursos, presenciais e a distância:

I - Cursos sequenciais, por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência.

II – De graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – De pós-graduação, compreendendo programas de doutorado, mestrado, especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam a eventuais requisitos específicos constantes dos respectivos programas;

IV – De extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelo Conselho Universitário.

Art. 29. Os currículos plenos dos cursos de graduação são fixados pelo UNIOPET, a partir das diretrizes curriculares emanadas do Poder Público, propiciando acessibilidade atitudinal e pedagógica através de ações de caráter sócio-educacional.

Parágrafo Único - O UNIOPET informará aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, e os demais aspectos necessários ao regular funcionamento das atividades educacionais, que serão amplamente divulgados entre a comunidade acadêmica, integrando a matriz curricular e corpo docente, de forma impressa e on-line, obrigando-se a cumprir as respectivas condições.

CAPÍTULO II DA EXTENSÃO

Art. 30. O UNIOPET mantém atividades de extensão, mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de sua atuação.

Art. 31. As atividades extensionistas são coordenadas por professor designado pelo Reitor.

Parágrafo Único - Os programas de extensão podem ser coordenados pelo Coordenador do Curso ou por professor, designado pelo Reitor.

Art. 32. Incumbe ao CONSU regulamentar as atividades de extensão nos aspectos relativos à sua organização, administração, financiamento e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

CAPÍTULO III DA PRÁTICA INVESTIGATIVA

Art. 33. O UNIOPET poderá manter atividades de Práticas Investigativas, mediante oferta de incentivos para a qualificação dos seus recursos humanos, melhoria permanente do ensino de graduação, atualização das estruturas curriculares e inovação dos métodos e técnicas de ensino.

Parágrafo Único - As atividades de Práticas Investigativas serão coordenadas pelos Pró-Reitores e administradas por um coordenador, designado pela Reitoria, quando interessarem a mais de um curso.

TÍTULO IV DO REGIME ACADÊMICO

CAPÍTULO I DO PERÍODO LETIVO

Art. 34. O ano letivo, independente do civil, abrange, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, distribuídos em períodos letivos regulares semestrais, não computados os dias reservados aos exames finais, quando houver.

Parágrafo Único - O período letivo prolongar-se-á sempre que necessário para que se completem os dias letivos previstos, bem como para integral cumprimento do conteúdo e duração estabelecidos nos programas das disciplinas ou unidades curriculares ministradas nos cursos de graduação.

Art. 35. As atividades do UNIOPET são programadas anualmente, em calendário, do qual deve constar, pelo menos, o início e o encerramento dos períodos letivos de matrícula, de transferências e de trancamento de matrículas.

Art. 36. Entre os períodos regulares podem ser executados programas de ensino, iniciação científica e extensão extracurriculares ou curriculares, sendo que, para as disciplinas ou unidades curriculares e atividades curriculares, as exigências são iguais, em conteúdo, carga horária, trabalho escolar e critério de aprovação, às dos períodos regulares.

Art. 37. A Reitoria do UNIOPET divulga, anualmente, junto à secretaria de alunos, junto à biblioteca e na página eletrônica do UNIOPET as condições de oferta dos cursos (matriz curricular e corpo docente).

CAPÍTULO II

DA ADMISSÃO AOS CURSOS

Art. 38. A admissão aos Cursos mantidos pelo UNIOPET faz-se com atendimento às seguintes condições:

I – Nos cursos de Graduação, aos (às) Candidatos(as):

a) Com curso de Ensino Médio, ou equivalente, concluído e que tenham sido classificados em processo seletivo da instituição ou por ela reconhecidos.

b) Portadores (as) de diploma de Ensino Superior, devidamente registrado por órgão competente.

c) Vinculados (as) a outras Instituições, através de transferências de cursos e transferência *ex officio*, segundo a legislação.

d) Que, havendo perdido o vínculo com a Instituição, pleiteia reintegração e que atenda as exigências legais.

e) estrangeiros (as), com curso de Ensino Médio ou equivalente, atendidos a legislação, com exigência de comprovação de proficiência na Língua Portuguesa.

II – Nos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, aos portadores de Diploma de Graduação registrado, segundo o estabelecido pelo programa em oferta.

III – Nos Cursos da Educação Continuada, aqueles que atendam aos requisitos estabelecidos pelo regulamento próprio de cada curso.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 39. A admissão de estudantes para cursos de graduação no UNIOPET será realizada mediante processo seletivo que consiste na aplicação de provas que avaliem as competências e habilidades esperadas dos egressos do ensino médio ou equivalente.

Parágrafo Único - O acesso aos cursos de Pós-Graduação é também realizado mediante processo seletivo segundo os critérios aprovados pelo CONSU.

Art. 40. As inscrições para o processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos, com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a relação e o período das provas, testes, entrevistas ou análise de currículo escolar, os critérios de classificação e desempate e demais informações úteis.

§ 1º Na hipótese de restarem vagas, poder-se-á realizar novo processo seletivo ou receber matrículas de portadores de diploma de graduação devidamente registrado.

§ 2º A divulgação do edital seguirá as normas da legislação vigente, podendo ser feita de forma resumida, indicando, todavia, o local onde podem ser obtidas as demais informações, incluindo o catálogo institucional.

§ 3º Os critérios e normas de seleção e admissão devem levar em conta os efeitos dos mesmos sobre a orientação do ensino médio e a articulação com os órgãos normativos dos sistemas de ensino.

CAPÍTULO IV DA MATRÍCULA

Art. 41. A matrícula, ato formal de ingresso no curso e vinculação ao UNIOPET, realiza-se na Secretaria, em prazo estabelecido no calendário acadêmico, instruído o requerimento, com a documentação disciplinada pelo Reitor.

Art. 42. O candidato, classificado, que não se apresentar para matrícula, dentro do prazo estabelecido, com todos os documentos exigidos, perde o direito à matrícula e ao vínculo institucional.

§ 1º Nenhuma justificativa pode eximir o candidato da apresentação, no prazo devido, dos documentos exigidos, motivo pelo qual, no ato de sua inscrição, deve tomar ciência desta obrigação.

§ 2º O eventual pagamento de encargos educacionais não dá direito à matrícula, caso o candidato não apresente os documentos previstos no edital.

§ 3º Quando a matrícula for realizada por procurador, este deverá apresentar o seu documento de identidade e a cópia da carteira de identidade do aluno.

§ 4º Constatada, a qualquer tempo, falsidade ou irregularidade na documentação apresentada para matrícula, ou verificando-se que efetivamente o aluno não teria direito a ela, a Secretaria Acadêmica, com deferimento do Conselho Universitário, procederá ao cancelamento da mesma sem prejuízos das demais ações cabíveis.

§ 5º No ato da entrega dos documentos necessários para a matrícula, deverá ser assinado pelo aluno ou responsável o contrato de prestação de serviços educacionais.

Art. 43. A matrícula deve ser renovada, em cada período letivo, nos prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

§ 1º Ressalvados os casos previstos neste Regimento, a não renovação de matrícula, no prazo regulamentar, implica abandono do curso e desvinculação do aluno do UNIOPET.

§ 2º O requerimento de renovação de matrícula é instruído com o contrato de prestação de serviços educacionais e o comprovante de pagamento ou isenção dos encargos educacionais, bem como de quitação de parcelas referentes ao semestre ou ano letivo anterior.

CAPÍTULO V

DO TRANCAMENTO DE MATRÍCULA

Art. 44. Pode ser concedido o trancamento de matrícula para efeito de, interrompidos os estudos, manter o aluno sua vinculação com o UNIOPET e seu direito à renovação de matrícula.

§ 1º Do requerimento de trancamento de matrícula deverá constar, expressamente, o período de sua duração.

§ 2º Não são concedidos trancamentos de mais de 2 (dois) anos letivos consecutivos para os cursos de bacharelado e licenciatura.

§ 3º Não são concedidos trancamentos de mais de 1 (um) ano letivo consecutivos para os cursos de tecnologia.

§ 4º Os períodos letivos em que a matrícula estiver trancada não são computados para efeito de verificação do tempo máximo de integralização do curso, observado do PPC.

Art. 45. O retorno aos estudos obriga o aluno, que tiver trancado a matrícula, a cumprir o currículo vigente no ato do retorno.

Art. 46. Ocorrendo vaga ao longo do curso pode ser concedida matrícula avulsa, em disciplinas de curso de graduação ou pós-graduação, a alunos não

regulares que demonstrarem capacidade de cursá-las com proveito, após processo seletivo.

CAPÍTULO VI DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 47. O UNIOPET, no limite das vagas existentes e mediante processo seletivo, a não ser nos casos previstos em lei, pode aceitar transferências de alunos provenientes de instituições de educação superior nacionais ou estrangeiras, na estrita conformidade das vagas existentes e de acordo com as exigências legais pertinentes.

§ 1º Os componentes curriculares do curso de origem, cursados com aproveitamento pelo estudante, desde que correspondam a, no mínimo, 75% da carga horária e dos conteúdos do UNIOPET são automaticamente aceitos.

§ 2º O UNIOPET proporciona orientação ao aluno transferido, objetivando esclarecer convenientemente, quando for o caso, as diferenças de currículos e o seu quadro de adaptações programáticas e curriculares.

Art. 48. O requerimento de transferência será protocolado, pelo estudante, no UNIOPET.

Parágrafo Único - O histórico escolar, completo, do curso até então realizado, os programas das disciplinas cursadas deverão ser entregues no ato do requerimento para a análise.

Art. 49. Para efeito de matrícula, o UNIOPET exige do transferido a apresentação dos documentos, disciplinados em normativas próprias.

Art. 50. Do servidor estudante que necessita mudar seu domicílio para exercer cargo ou função pública, civil ou militar, o UNIOPET aceita transferência ex officio, independentemente da existência de vaga e de época, desde que requerida em razão de comprovada mudança de residência.

Parágrafo Primeiro - O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro e aos filhos ou enteados do servidor que vivam em sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda com autorização judicial.

Parágrafo Segundo - Quando a transferência se processa durante o período letivo, podem ser aproveitadas notas ou conceitos, aprovação e frequência obtidas na Instituição de Ensino Superior – IES de origem, até a data em que dela se tenha desligado ou transferido.

Parágrafo Terceiro - Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por lei especial que lhes assegure a transferência, em qualquer época e independente da existência de vaga.

Art. 51. No ato do requerimento de transferência para o UNIOPET o estudante declarará, por escrito, conhecimento pleno de normas que regem o processo, comprometendo-se com o fiel cumprimento dos ordenamentos básicos da instituição e sujeitando-se à disciplina correspondente à sua condição de aluno transferido.

Art. 52. A transferência do estudante, para outra IES será feita mediante requerimento e expedição de Histórico Escolar que ateste as disciplinas cursadas e respectiva carga horária, bem como o desempenho do estudante.

Parágrafo Primeiro - A transferência suspende as obrigações financeiras do aluno para com o UNIOPET, a partir do mês seguinte ao vencido.

Parágrafo Segundo - Quando o aluno perder o vínculo com o curso e o UNIOPET, a Secretaria Acadêmica pode expedir certidão dos estudos realizados, a requerimento do aluno.

Art. 53. O aproveitamento de estudos pode ser concedido a todos os alunos, mediante análise de seu histórico escolar e programas cursados com êxito dentro dos prazos estabelecidos pela IES.

Parágrafo Único - Podem, ainda, ser aproveitadas competências adquiridas pelo aluno, de acordo com a legislação vigente e as normas expedidas pelo CONSU.

Art. 54. Havendo vaga, o UNIOPET pode matricular aluno considerado desistente de qualquer de seus cursos ou desvinculado institucionalmente, mediante processo seletivo.

Parágrafo Único - O aluno matriculado nos termos deste artigo sujeita-se ao currículo vigente à época do reingresso.

Art. 55. Em qualquer época, a requerimento do interessado, o UNIOPET

concede transferência a aluno regular nele matriculado.

§ 1º A transferência de alunos regulares será concedida sem restrição em razão de inadimplência, existência de processo disciplinar em trâmite ou mesmo em função de estar enquadrado no primeiro ou último período do curso.

§ 2º. Quando o aluno perder o vínculo com o curso, a Secretaria Acadêmica da IES poderá expedir certidão dos estudos realizados, a requerimento do aluno.

CAPÍTULO VII

DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO

NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS

Art. 56. A avaliação do desempenho acadêmico nos cursos presenciais de tecnologia, bacharelado e licenciatura é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 57. A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 58. O aproveitamento acadêmico é avaliado por meio de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares e no exame final.

Parágrafo Único - A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de zero a 10 (dez).

Art. 59. Atendida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) no bacharelado, superiores de Tecnologia e licenciatura, é aprovado:

a) independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7 (sete), em todas as disciplinas;

b) mediante exame final, o aluno que tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 7 (sete), porém não inferior a 4 (quatro) e obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média de aproveitamento mais nota de exame final dividido por 2 (dois), obtiver média 5 (cinco).

Parágrafo Único - É vedado o Exame Final ao aluno que não obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

Art. 60. Não haverá segunda chamada de Exame Final, em hipótese alguma.

Art. 61. O aluno, reprovado por não ter alcançado frequência ou a média mínima exigida, repetirá a disciplina, em período letivo posterior.

Art. 62. É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

Parágrafo Único - O aluno, promovido em regime de dependência, deve matricular-se, preferencialmente, no período seguinte e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as disciplinas, as mesmas exigências de frequência e aproveitamento, estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 63. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério de cada Coordenação, acarretando ônus ao aluno.

Art. 64. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo Conselho Universitário, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração de seu curso, de acordo com as normas do Sistema Federal de Ensino.

CAPÍTULO IX
DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA.

Art. 65. A avaliação do desempenho acadêmico nos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia a distância, é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento.

Art. 66. A frequência às aulas presenciais e demais atividades acadêmicas, permitida apenas aos matriculados, é obrigatória. Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtenha frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades programadas.

Art. 67. O aproveitamento acadêmico é avaliado por meio de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtido nos exercícios escolares e no exame final.

Parágrafo Único - A cada verificação de aproveitamento é atribuída uma nota expressa em grau numérico de zero a 10 (dez).

Art. 68. Atendida a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades acadêmicas presenciais programadas, é aprovado:

a) independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7 (sete), correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares conforme previsto no plano de ensino da disciplina;

b) mediante exame final, o aluno que tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 7 (sete), porém não inferior a 4 (quatro) e obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média de aproveitamento mais nota de exame final dividido por 2 (dois), obtiver média 5 (cinco).

Art. 69. Não haverá segunda chamada de Exame Final, em hipótese alguma.

Art. 70. O aluno, reprovado por não ter alcançado a média mínima exigida, repetirá a disciplina, em período letivo posterior ou em Plano Especial de Ensino.

Art. 71. É promovido, ao período letivo seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se, ainda, a promoção com dependência.

Parágrafo Único - O aluno, promovido em regime de dependência, deve matricular-se, preferencialmente, no período seguinte e nas disciplinas de que depende, observando-se a compatibilidade de horário e aplicando-se, a todas as disciplinas, as mesmas exigências de frequência e aproveitamento, estabelecidas nos artigos anteriores.

Art. 72. Podem ser ministradas aulas de dependência e de adaptação de cada disciplina, em horário ou período especial, a critério de cada Coordenação, acarretando ônus ao aluno.

Art. 73. O aluno que tenha extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, disciplinados pelo Conselho Universitário, aplicados por banca examinadora especial, pode ter abreviada a duração de seu curso, de acordo com legislação e normas vigentes.

CAPÍTULO X

DO TRATAMENTO EXCEPCIONAL

Art. 74. São merecedores de tratamento excepcional os alunos matriculados nos cursos sequenciais, de graduação ou pós-graduação, portadores de: afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes.

Art. 75. O regime excepcional estende-se à aluna gestante, a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses.

Parágrafo Único - Em casos excepcionais, comprovado mediante atestado médico, pode ser ampliado o período de repouso, antes e depois do parto.

Art. 76. A ausência às atividades escolares, durante o tratamento excepcional, é compensada pela realização de trabalhos e exercícios domiciliares, durante esse período, com acompanhamento de professor, designado pelo Coordenador respectivo, realizados de acordo com o plano fixado, em cada caso, consoante o estado de saúde do estudante e as possibilidades do UNIOPET.

Parágrafo Único - Ao elaborar o plano de estudo, a que se refere este artigo, o professor leva em conta a sua duração, para que a execução não ultrapasse, em cada caso, o máximo admissível para a continuidade do processo pedagógico de aprendizagem.

Art. 77. Os alunos beneficiados pelo tratamento excepcional deverão cumprir os requisitos do UNIOPET relativos à avaliação do desempenho acadêmico.

Art. 78. Os requerimentos relativos ao tratamento excepcional, disciplinado neste Regimento, devem ser instruídos com laudo, firmado por profissional, legalmente habilitado.

Parágrafo Único - É da competência do Reitor, ouvidas a Coordenação e Secretaria Geral, a decisão nos pedidos de tratamento excepcional.

CAPÍTULO XI DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

Art. 79. Os estágios supervisionados constam das atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho, sem vínculo empregatício.

Parágrafo Único - Para cada aluno é obrigatória a integralização de carga horária total do estágio, prevista no currículo pleno do curso, nela podendo ser incluídas as horas destinadas ao planejamento, orientação paralela e avaliação das atividades.

Art. 80. O estágio supervisionado é regulamentado pelo Conselho Universitário, ouvidas as coordenações de cursos.

CAPÍTULO XII

DOS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 81. O trabalho de conclusão de curso, sob a forma de monografia ou projeto experimental, será exigido, quando constar do currículo pleno do curso.

Parágrafo Primeiro - Cabem às Coordenações, fixar as normas para a escolha do tema, a elaboração, apresentação e avaliação do trabalho referido neste artigo.

Parágrafo Segundo - O trabalho de conclusão de curso é regulamentado pelo Conselho Universitário, ouvidas as coordenações de cursos.

CAPÍTULO XIII

DO PROJETO INTEGRADOR

Art. 82. O Projeto Integrador - P.I do UNIOPET é componente curricular obrigatório, quando constar do currículo pleno do curso, disciplinado por regulamento próprio e tem a função de promover a integração e complementaridade entre os diversos objetos de estudo das disciplinas cursadas em cada período.

Parágrafo Primeiro - Compete à Coordenação de Curso fixar as normas para a escolha do tema, a elaboração, apresentação e avaliação do trabalho referido neste artigo.

Parágrafo Segundo - O Projeto Integrador é regulamentado pelo Conselho Universitário, ouvidas as coordenações de cursos.

TÍTULO V DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE

Art. 83. O corpo docente é constituído por todos os professores permanentes do UNIOPET.

Art. 84. Os professores permanentes são contratados pela Mantenedora, por indicação do UNIOPET, segundo o regime das leis trabalhistas e de acordo com os procedimentos definidos pelo Conselho Universitário para seleção e enquadramento no plano de carreira docente.

§ 1º É obrigatória a frequência dos professores, salvo nos programas de educação a distância, conforme diretrizes específicas.

§ 2º A título eventual e por tempo estritamente determinado, o UNIOPET pode dispor do concurso de professores visitantes ou colaboradores, aos quais ficam resguardados os direitos e deveres da legislação trabalhista.

Art 85. São atribuições do professor:

I – Elaborar o plano de ensino de sua disciplina ou atividade, submetendo-o à aprovação do Coordenador.

II – Orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e a carga horária.

III – Registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos,

IV – Organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos.

V – Fornecer ao setor competente as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos alunos, dentro dos prazos fixados pela IES.

VI – Observar o regime disciplinar do UNIOPET.

VII – Participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado.

VIII– Comparecer às reuniões e solenidades programadas pela Reitoria do UNIOPET e seus órgãos colegiados.

IX – Responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso e conservação do material colocado à sua disposição.

X – Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina.

XI – Planejar e orientar pesquisas, estudos e publicações.

XII – Conservar, sob sua guarda, documentação que comprove seus processos de avaliação.

XIII – Não defender ideias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito, ou que contrariem este Regimento e a legislação vigente.

XIV – Comparecer ao serviço, sempre que necessário, por convocação da Coordenação ou da Reitoria do UNIOPET.

XV – Elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos e para o ENADE, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização.

XVI – Participar da elaboração do projeto pedagógico e institucional do UNIOPET.

XVII – Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

XVIII – Aprimorar seus conhecimentos referentes ao uso de tecnologias educacionais e de instrumentos que facilitem o aprendizado dos alunos.

CAPÍTULO II DO CORPO DISCENTE

Art. 86. Constituem o corpo discente do UNIOPET os alunos regulares e os alunos não regulares, duas categorias que se distinguem pela natureza dos cursos a que estão vinculados.

§ 1º Aluno regular é o matriculado em curso de graduação, especialização, mestrado ou doutorado.

§ 2º Aluno não regular é o inscrito em curso sequencial, aperfeiçoamento ou de extensão e disciplina isolada.

Art. 94. São direitos e deveres dos membros do corpo discente:

I – Frequentar as aulas e demais atividades curriculares, aplicando a máxima diligência no seu aproveitamento.

II – Utilizar os serviços da biblioteca, laboratório e outros serviços administrativos e técnicos oferecidos pelo UNIOPET.

III – Votar e poder ser votado nas eleições dos órgãos de representação estudantil.

IV – Recorrer de decisões dos órgãos deliberativos ou executivos.

V – Observar o regime disciplinar e comportar-se, dentro e fora do UNIOPET, de acordo com princípios éticos condizentes.

VI – Zelar pelo patrimônio do UNIOPET ou colocado à disposição desta pela Mantenedora.

VII – Efetuar o pagamento dos encargos educacionais nos prazos fixados.

Art. 87. O UNIOPET pode instituir prêmios, como estímulo à produção intelectual de seus alunos, na forma regulada pela Reitoria.

Art. 88. O UNIOPET pode instituir Monitoria, sendo os monitores selecionados pelos coordenadores e designados pelo Reitor, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área da monitoria, bem como aptidão para as atividades auxiliares de ensino, iniciação científica e extensão.

CAPÍTULO III

DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 89. O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao funcionamento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Art. 90. O UNIOPET zela pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza de instituição educacional,

bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus empregados.

Art. 91. Os servidores não docentes são contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto neste Regimento, e nas demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior do UNIOPET.

TÍTULO VI DO REGIME DISCIPLINAR

CAPÍTULO I DO REGIME DISCIPLINAR GERAL

Art. 92. O ato de matrícula de aluno ou de investidura de profissional em cargo ou função docente ou técnico-administrativa importa em compromisso formal de respeito aos princípios éticos que regem o UNIOPET, à dignidade acadêmica, às normas contidas na legislação de ensino e neste Regimento.

§ 1º - O UNIOPET oferece condições para o exercício da liberdade de ensino e Práticas Investigativas, garantidas pela Constituição Federal, vedando aos membros da comunidade acadêmica qualquer manifestação de discriminação de natureza político-partidária, ideológica, racial, étnica, religiosa de gênero e por orientação sexual ou de condição socioeconômica, no exercício de suas funções.

§ 2º - A aplicação de sanção disciplinar prevista neste regimento, não exclui a responsabilização civil ou penal do infrator.

Art. 101. Constitui infração disciplinar, punível na forma deste Regimento, o desatendimento ou transgressão do compromisso a que se refere o artigo anterior.

§ 1º Na aplicação das sanções disciplinares é considerada a gravidade da infração, à vista dos seguintes elementos:

- a) primariedade do infrator;
- b) dolo ou culpa;

c) valor do bem moral, cultural ou material atingido.

§ 2º Em caso de dano material ao patrimônio do UNIOPET, além da sanção disciplinar aplicável, o infrator está obrigado ao ressarcimento.

Art. 93. Os membros da comunidade acadêmica devem cooperar, ativamente, para o cumprimento da legislação educacional e deste Regimento, contribuindo para a manutenção da ordem disciplinar do UNIOPET.

CAPÍTULO II

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DOCENTE

Art. 94. Os membros do corpo docente estão sujeitos às seguintes penalidades disciplinares:

I – Repreensão, por escrito, por falta de cumprimento dos deveres docentes.

II – Suspensão, no caso de dolo ou culpa, na falta de cumprimento dos deveres, bem como na reincidência em falta punida com repreensão.

Parágrafo Único - a dispensa sem justa causa não se caracteriza com penalidade, tratando de mero ato administrativo e de gestão, efetivado pela autoridade competente.

CAPÍTULO III

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

Art. 95. Os discentes ficam sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

I – Advertência;

II – Suspensão;

III – Desligamento.

Parágrafo Único - A pena de suspensão implica na consignação de ausência do aluno durante o período em que perdurar a punição, ficando impedido de frequentar as dependências do UNIOPET.

Art. 96. Na aplicação de sanções disciplinares, são considerados os seguintes elementos:

- I – Primariedade do infrator.
- II – Dolo ou culpa.
- III – Valor e utilidade de bens atingidos.

§ 1º Conforme a gravidade da infração, as penas de suspensão e desligamento podem ser aplicadas, independente da primariedade do infrator.

§ 2º O Reitor poderá determinar a instauração de processo disciplinar, designando comissão de inquérito formada de, no mínimo, três membros da comunidade acadêmica, sendo dois professores e um servidor não-docente.

§ 3º A autoridade competente para a imposição de penalidade pode agir pelo critério da verdade sabida, nos casos em que o membro do corpo docente tiver sido apanhado em flagrante pelo seu professor ou outro superior hierárquico, na prática de falta disciplinar e desde que a pena a ser aplicada seja de advertência, repreensão ou suspensão, mediante o competente processo disciplinar.

Art. 97. As penas previstas neste Regimento são aplicadas da forma seguinte:

I – Advertência da Coordenação de Curso, lavrada em livro próprio na presença de duas testemunhas quando se constatar:

- a) Desrespeito a qualquer membro da administração do UNIOPET ou da Mantenedora.
- b) Perturbação da ordem no recinto do UNIOPET.
- c) Desobediência às determinações de qualquer membro do corpo docente, ou da administração do UNIOPET.
- d) Prejuízo material ao patrimônio da Mantenedora ou do UNIOPET, além da obrigatoriedade de ressarcimento dos danos.
- e) Cumprimento do estabelecido neste regimento.
- f) Referências descorteses, desairosas ou desabonadoras a colegas, aos dirigentes ou professores e servidores do UNIOPET, ainda que levados a efeito por meios eletrônicos.

II – Suspensão, determinada pelo Reitor, registrada em livro próprio, nas seguintes situações:

- a) Reincidência em qualquer das infrações previstas no inciso anterior.
- b) Ofensa ou agressão grave a membro da comunidade acadêmica.
- c) Uso de meio fraudulento nos atos escolares.
- d) Aplicação de trotes a alunos novos, que resultem em danos físicos ou morais, ou humilhação e vexames pessoais.
- e) Por arrancar, inutilizar, alterar ou fazer qualquer inscrição em editais e avisos afixados pela administração, em local apropriado.
- f) Por desobediência a este Regimento, a atos normativos baixados pelo UNIOPET ou a ordens emanadas da Reitoria, Coordenação ou Professores, no exercício de suas funções.
- g) Por comparecer às aulas ou nas dependências do UNIOPET embriagado ou com traços de porte, utilização ou efeito de álcool e/ou qualquer outra droga regulamentada ou proibida.

III – Desligamento:

- a) Na reincidência em qualquer das infrações previstas no inciso anterior;
- b) Por ofensa grave ou agressão aos dirigentes, autoridades e funcionários do UNIOPET ou a qualquer membro dos corpos docente e discente, da Mantenedora ou autoridades constituídas, seja por meio físico e pessoal, seja por meios eletrônicos.
- c) Por atos desonestos ou delitos sujeitos à ação penal.
- d) Por improbidade, considerada grave, na execução dos trabalhos acadêmicos, devidamente comprovada em processo disciplinar.
- e) Por aliciamento ou incitação à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação das atividades acadêmicas ou participação nesse tipo de movimento.
- f) Por participação em passeatas, desfiles, assembleias ou comícios que possam caracterizar calúnia, injúria ou difamação aos dirigentes ou integrantes do UNIOPET ou da Mantenedora ou perturbação do processo educacional.

Parágrafo Único - Havendo suspeita de prática de crime, o Reitor deve providenciar, desde logo, a comunicação do fato à autoridade policial competente.

Art. 98. Instruções Normativas complementares poderão ser mais rigorosas na determinação da aplicação das medidas disciplinares descritas neste regimento.

Art. 99. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria.

CAPÍTULO IV

DO REGIME DISCIPLINAR DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 100. Aos membros do corpo técnico-administrativo aplicam-se as penalidades previstas na legislação trabalhista e, no que couber, o disposto no Capítulo II, deste Título.

§ 1º A aplicação das penalidades é de competência do Reitor, ressalvada a de dispensa ou rescisão contratual, de competência da Mantenedora, por proposta do Reitor.

§ 2º É vedado a membro do corpo técnico-administrativo fazer qualquer pronunciamento envolvendo a responsabilidade do UNIOPET, sem prévia e expressa autorização do Reitor.

TÍTULO VII

DOS TÍTULOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 101. Ao concluinte de curso de graduação e de pós-graduação, em níveis de doutorado ou mestrado, é conferido o respectivo grau e expedido o diploma correspondente.

Art. 102. Os graus acadêmicos são conferidos pelo Reitor, em sessão pública e solene do CONSU, na qual os diplomados prestarão o compromisso de praxe.

Parágrafo Único - Ao concluinte que o requerer, o grau pode ser conferido em ato simples, na presença de três professores, em local e data determinados pelo Reitor.

Art. 103. Ao concluinte de curso sequencial, de pós-graduação, em níveis de aperfeiçoamento ou especialização, e de extensão é expedido certificado.

Art. 104. O UNIOPET confere as seguintes dignidades:

- I – Professor Emérito;
- II – Professor *Honoris Causa*.

Parágrafo Único - Os títulos honoríficos, uma vez aprovados pelo CONSU, são conferidos em sessão solene e pública daquele colegiado, mediante entrega do respectivo diploma.

TÍTULO VIII

DAS RELAÇÕES ENTRE A MANTENEDORA E O UNIOPET

Art. 105. A Mantenedora é responsável pelo UNIOPET perante as autoridades públicas e o público em geral. Cabe-lhe tomar as medidas necessárias ao bom funcionamento institucional, respeitados os limites da Lei e deste Regimento, a liberdade acadêmica dos corpos docente e discente, a autoridade própria de seus órgãos deliberativos e executivos e a sua autonomia didático-científica.

Art. 106. Compete, precipuamente, à Mantenedora promover adequadas condições de funcionamento do UNIOPET, colocando-lhe à disposição os bens imóveis e móveis necessários e assegurando-lhe os suficientes recursos humanos e financeiros.

§ 1º A Mantenedora reserva-se a administração financeira, contábil e patrimonial do UNIOPET.

§ 2º Dependem de aprovação da Mantenedora:

- a) o orçamento anual do UNIOPET;
- b) a assinatura de convênios, contratos ou acordos;

c) as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesa ou redução de receita;

d) a criação ou extinção de cursos e o aumento, redistribuição ou redução de suas vagas iniciais;

e) transferência de manutenção;

Art. 107. Compete à Mantenedora designar, na forma deste Regimento, o Reitor, competindo-lhe, ainda, a contratação do pessoal docente e técnico-administrativo do UNIOPET.

Parágrafo Único - Cabe ao Reitor a designação dos ocupantes dos demais cargos ou funções de direção, de chefia, coordenação ou assessoramento do UNIOPET.

TÍTULO IX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 108. Salvo disposição em contrário, o prazo para interposição de recursos é de cinco dias, contado da data da divulgação do ato recorrido ou de sua comunicação ao interessado.

Art. 109. Os encargos educacionais, referentes às mensalidades, taxas e demais contribuições escolares, são fixados e arrecadados pela Mantenedora, atendida a legislação vigente.

Parágrafo Único - As relações entre o aluno, o UNIOPET e a Mantenedora, no que se refere à prestação de serviços educacionais, são disciplinadas em contrato, assinado entre o aluno ou seu responsável e a Mantenedora, obedecidos este Regimento e a legislação pertinente.

Art. 110. Este Regimento só pode ser alterado com a aprovação de dois terços dos membros do CONSU, e em conformidade com a legislação e normas vigentes.

§ 1º As alterações ou reformas do Regimento são de iniciativa do Reitor ou mediante proposta, fundamentada, de dois terços dos membros do CONSU.

§ 2º As alterações ou reformas do currículo pleno ou do regime escolar deverão ser submetidas e aprovadas pelo colegiado competente da instituição, na forma das normas regimentais e publicadas conforme as normas estabelecidas pela legislação em vigor.

Art. 111. Conforme disposto no art. 47, § 1º da LDB será inserido neste documento o anexo correspondente ao Manual do Aluno.

Art. 112. Este Regimento entra em vigor na data de publicação do ato oficial de Credenciamento do Centro Universitário.

Curitiba, 09 de Outubro de 2015.